



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº 20095/18

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00504 / 2019

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

1.1. NATUREZA: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS

1.2. APOSENTANDO(A):

1.2.1. Nome: RICARDO CARLOS DOS SANTOS

1.2.2. Matrícula: 129.245-4

1.2.3. Cargo: 1 Violinista Substituto

1.2.4. Lotação: Secretaria de Estado da Educação

1.2.5. Tempo de Contribuição: 11.202 dias

1.3. ATO APOSENTATÓRIO:

1.3.1. Data: 30/10/2018

1.3.2. Órgão e data de publicação: Diário Oficial do Estado de 20/11/2018

1.3.3. Autoridade Emitente: Presidente da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato.

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: A Auditoria concluiu, após análise de defesa¹ (fls. 90/91), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, formalizado pela Portaria de fls. 64, merecendo o seu competente registro.

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.

4. VOTO: Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, reconheço que o processo está devidamente instruído, o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato aposentatório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 04 de abril de 2019.

jtosm

¹ A Auditoria havia apontado inicialmente (fls. 70/74) a ausência do comprovante de implementação dos proventos (demonstrativo de pagamento dos proventos do inativo).

Assinado 5 de Abril de 2019 às 12:05



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 8 de Abril de 2019 às 14:20



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO